

INTERNACIONAL

Negociação da ^{Externa}divida e suspensão até venda da Usiminas

Teodomiro Braga

Enviado especial

BANCOC — Os banqueiros credores do Brasil só voltarão à mesa de negociações da dívida externa depois que o governo realizar a privatização da Usiminas e acertar a Carta de Intenções com o FMI. A interrupção das negociações foi definida nas conversações com representantes de mais de 20 bancos realizadas nos últimos seis dias nesta cidade pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o negociador-chefe da dívida externa, Pedro Malan. Os banqueiros demonstraram que não adiantava prosseguir as conversações, iniciadas em agosto passado, em Nova Iorque, enquanto o governo não cumprir essas duas metas.

Não há data marcada da nova reunião para negociação da dívida, mas Malan espera que ela possa ocorrer na segunda ou terceira semanas de novembro. Isto significa que o acordo com os bancos privados somente deverá ser concluído em 1992, contrariando os planos iniciais do governo de resolver o problema neste ano. Malan nega, porém, que a suspensão temporária das negociações, até que o acordo com o FMI e a privatização da Usiminas sejam efetivados, tenha sido uma exigência unilateral dos bancos, sustentando que a decisão foi tomada de comum acordo. "O clima da negociação ficará mais favorável depois que esses dois eventos tenham ocorrido", alega.

Juros — Dessa forma, a reunião entre a equipe comandada por Malan e o



Marcílio: opção aos bancos

Comitê Assessor dos Bancos Credores, marcada para o dia 28, em Nova Iorque, terá como único tema a discussão sobre o acordo referente aos juros em atraso, firmado com os banqueiros pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, em fevereiro passado. Pelo acordo, o governo se comprometeu a pagar US\$ 2 bilhões dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados em dinheiro e o restante em bônus de longo prazo que seriam emitidos após o reescalonamento do principal da dívida. Nessa reunião no dia 28 serão analisados detalhes técnicos sobre esses bônus.

A importância da privatização da Usiminas também foi apontada pelo presidente do Banco Mundial (Bird), Lewis Preston, em seu encontro com Marcílio, realizado há poucas horas do seu voo de volta ao Brasil, às 22h30 no horário local (12h30 em Brasília). "A venda da Usiminas pode até ajudar na negociação da dívida externa, pois de certa maneira representa uma sétima opção para os bancos, já que eles poderão pegar os créditos com o Brasil e aplicar lá (na compra de ações da empresa)", disse Marcílio, referindo-se às seis opções de renegociação.

A sexta opção também foi acertada durante as conversações do ministro com os banqueiros. Trata-se da evolução da alternativa de troca da dívida por um bônus de 25 anos de prazo e 15 de carência, com juros baixos nos seis primeiros e juros de mercado nos anos seguintes. A diferença entre as taxas baixas cobradas na fase inicial (2,5% nos dois primeiros anos, 3,75% no segundo e terceiro e 5% no quarto e quinto anos) e os juros de mercado é capitalizada e paga na etapa final de vencimento do título. Por problemas contábeis, alguns bancos preferiram que essa mudança nas condições do empréstimo original feito ao Brasil fosse realizada por intermédio de uma emenda contratual, e não através da troca da dívida velha por bônus.

Pequeno avanço — A concordância brasileira com essa sugestão dos banqueiros foi o único avanço obtido pela delegação chefiada por Marcílio nessas conversações com os representantes dos bancos credores na Tailândia. Esses contatos serviram também para

que os banqueiros reiterassem o principal ponto de sua contraproposta: o pedido de garantias de US\$ 4 bilhões para o reescalonamento dos US\$ 50 bilhões da dívida brasileira de médio e longo prazo. A diferença de US\$ 2 bilhões entre o montante em garantias oferecido pelo Brasil e a solicitação dos bancos foi classificada ontem por Marcílio como o "espaço para negociação". A declaração apenas confirma a posição mais flexível em relação à questão assumida pelo ministro em Bancoc.

O ministro admite aumentar os US\$ 2 bilhões em garantias oferecidos pelo governo, mas não concorda com a proposta de alguns bancos de formar as garantias com recursos que seriam obtidos no futuro, como financiamentos do FMI por conta da futura ampliação do acordo *stand-by* em negociação e eventual colaboração do governo japonês, que entrou com US\$ 2 bilhões dos US\$ 7 bilhões dados pelo México como garantias na renegociação de sua dívida com os bancos privados. "Não se pode deixar as coisas em aberto", diz Marcílio. Malan explica que isto significaria o estabelecimento de mais condições no entendimento a ser firmado com os credores. "A materialização do acordo ficaria dependendo do país conseguir esses recursos, enquanto queremos fechar uma proposta definitiva." Os banqueiros aproveitaram o encontro com as autoridades brasileiras para reafirmar que só fecharão a renegociação da dívida depois que o governo demonstrar que está mesmo ajustando a economia do país, vendendo a Usiminas e acertando com o FMI.